

ano 6 - n. 11 | julho/dezembro - 2020
Belo Horizonte | p. 1-240 | ISSN 2447-2026
R. Bras. de Dir. Urbanístico – RBDU

**Revista Brasileira de
DIREITO URBANÍSTICO**

RBDU

FORUM
CONHECIMENTO JURÍDICO

Revista Brasileira de Direito Urbanístico – RBDU

Coordenadora-Geral

Lígia Maria Silva Melo de Casimiro

Coordenadora Adjunta

Adriana Nogueira Vieira Lima

Conselho Editorial

Dr. Alex Ferreira Magalhães (UFRJ)
<http://lattes.cnpq.br/9383871504452656>

Dr. Emerson Gabardo (UFPR e PUC/PR)
<http://lattes.cnpq.br/3091904591160385>

Dr. Álvaro Sanchez Bravo (Universidad de Sevilla, Espanha)
<http://lattes.cnpq.br/5084987763906138>

Dra. Marinella Machado Araújo (PUC/MG)
<http://lattes.cnpq.br/9567055202539882>

Dra. Betânia de Moraes Alfonsin (PUC/RS)
<http://lattes.cnpq.br/2759534639224252>

Dra. Marise Costa de Souza Duarte (UFRN)
<http://lattes.cnpq.br/8614705824393576>

Dr. Claudio Oliveira de Carvalho (UESB)
<http://lattes.cnpq.br/8313743261334435>

Dr. Nelson Saule Junior (PUC/SP)
<http://lattes.cnpq.br/7226929140345329>

Dr. Daniel Gaio (UFMG)
<http://lattes.cnpq.br/3860243568106899>

Dr. Paulo Afonso Cavichioli Carmona (UNICEUB)
<http://lattes.cnpq.br/0471763465230262>

Dra. Daniela Campos Libório (PUC/SP)
<http://lattes.cnpq.br/7582517839705764>

Dr. Thiago Marrara de Matos (USP)
<http://lattes.cnpq.br/5001783167154079>

Dr. Edésio Fernandes (University College London, Reino Unido)
<http://lattes.cnpq.br/8715939045729830>

Comitê de Pareceristas desta Edição

Aparecida Netto Teixeira; Benny Schvarsberg; Cacilda Lopes dos Santos; Demóstenes Andrade de Moraes; Jacqueline Alves Soares; Leticia Osório; Lívia Miranda; Luciana Bedeschi; Mariana Levy Piza Fontes; Maria José Andrade de Souza; Paulo Somlany Romeiro; Tânia Cristina Azevedo; Vanesca Buzelato Prestes

© 2020 Editora Fórum Ltda.

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio eletrônico ou mecânico, inclusive através de processos xerográficos, de fotocópias ou de gravação, sem permissão por escrito do possuidor dos direitos de cópias (Lei nº 9.610, de 19.02.1998).

FÓRUM
CONHECIMENTO JURÍDICO

Luís Cláudio Rodrigues Ferreira
Presidente e Editor

Av. Afonso Pena, 2770 – 15º andar – Savassi – CEP 30130-012 – Belo Horizonte/MG – Brasil – Tel.: 0800 704 3737
www.editoraforum.com.br / E-mail: editoraforum@editoraforum.com.br

R454 Revista Brasileira de Direito Urbanístico: RBDU. – ano 1,
n. 1, (jul./dez. 2015) – Belo Horizonte: Fórum, 2015

Semestral
ISSN 2447-2026

1. Direito urbano. 2. Direito público. I. Fórum.

CDD: 347.81
CDU: 349.44

Impressa no Brasil / Printed in Brazil / Distribuída em todo o Território Nacional

Os conceitos e opiniões expressas nos trabalhos assinados são de responsabilidade exclusiva de seus autores.

Coordenação editorial: Leonardo Eustáquio Siqueira Araújo
Aline Sobreira de Oliveira

Capa: Igor Jamur
Projeto gráfico: Walter Santos

Sumário

DOCTRINA

ARTIGOS

| | |
|---|--|
| A atuação da Defensoria Pública nos conflitos fundiários urbanos: uma análise sobre a recepção judicial dos institutos do novo Código de Processo Civil | |
| Allan Ramalho Ferreira, Giovanna Bonilha Milano, Rafael Negreiros Dantas de Lima, Thiago de Azevedo Pinheiro Hoshino, Vanessa Chalegre de Andrade França 9 | |
| 1 | Introdução 10 |
| 2 | O cenário dos conflitos fundiários brasileiros e o papel do sistema de justiça (2014-2015) 11 |
| 3 | A intervenção da Defensoria Pública prevista no art. 554, §1º, e art. 565, §2º, do CPC: a nova figura do <i>custos vulnerabilis</i> 14 |
| 4 | Análise da intervenção da Defensoria Pública de São Paulo a partir do Novo Código de Processo Civil (2016-2019) 16 |
| 5 | Considerações finais <i>ou</i> Em defesa da defesa 20 |
| | Referências 21 |
| | |
| “Nos barracos da cidade”: a luta das ocupações “Cidade Bonita” e “Comunidade Maravilhosinha” pelo direito à moradia adequada em Vitória da Conquista/BA | |
| Gilson Santiago Macedo Júnior, Claudio Oliveira de Carvalho 23 | |
| 1 | Introdução 23 |
| 2 | Direito à moradia adequada: caso de polícia ou de política? 24 |
| 3 | Considerações finais 34 |
| | Referências 36 |
| | |
| O desafio da participação popular no planejamento urbano brasileiro: o caso do Plano Diretor de Florianópolis | |
| Marina Toneli Siqueira, Larissa Siqueira Chaves, Ana Leticia Saquete Gonçalves 37 | |
| | Introdução 38 |
| | A participação no planejamento urbano: da demanda popular ao princípio normativo 39 |
| | Florianópolis e o histórico de sua política urbana 42 |
| | O vai e vem do plano diretor participativo de Florianópolis 44 |
| | Primeira fase (2006-2009): do início do processo à constatação da ameaça da participação popular 45 |
| | Segunda fase (2009-2014): da Fundação CEPA à aprovação da lei municipal 47 |
| | Terceira fase (2014-até o presente): a reabertura do processo de elaboração do plano e as suas consequências 50 |
| | Considerações finais 56 |
| | Referências 58 |

Permanências e discontinuidades na condução da política urbana em Curitiba:
o processo de revisão das normativas de uso e ocupação do solo sob a
perspectiva dos segmentos sociais envolvidos

| | |
|---|----|
| Mônica Máximo da Silva | 63 |
| Introdução | 63 |
| Contexto pretérito: arranjos políticos, institucionais e sociais na condução da política urbana de Curitiba..... | 73 |
| Conjuntura presente: processo revisório das normativas de uso e ocupação do solo em Curitiba..... | 76 |
| Considerações finais..... | 86 |
| Referências | 88 |

O Parque linear Capibaribe em Recife/PE e a revisão do plano diretor da cidade:
interfaces jurídicas

| | |
|--|-----|
| Fernanda Carolina Costa, Klaus Ludwig Schilling Maciel | 93 |
| Introdução | 93 |
| I Breves linhas sobre o Parque Capibaribe | 96 |
| II Natureza jurídica dos parques lineares | 96 |
| III O parque linear e áreas do entorno: necessária revisão do zoneamento urbanístico | 99 |
| IV Reflexões finais | 110 |
| Referências | 112 |

O Fórum Direito à Cidade e a revisão do Plano Diretor de Natal: da forma ao
conteúdo por uma cidade mais justa

| | |
|---|-----|
| Érica Milena Carvalho Guimarães Leôncio, Sarah de Andrade e Andrade, Amíria Bezerra Brasil, Ruth Maria da Costa Ataíde | 115 |
| Introdução | 116 |
| 1 Aproximações e compreensões sobre o planejamento urbano e territorial no Brasil | 116 |
| 2 Breve trajetória da construção do planejamento urbano e territorial em Natal e da atuação do Fórum Direito à Cidade | 119 |
| 3 Processo de revisão do Plano Diretor de Natal: caminhos e reflexões ainda em construção | 123 |
| 3.1 Fases presenciais da revisão do Plano Diretor de Natal e os conflitos decorrentes das imprecisões formais | 127 |
| 3.2 Construindo contranarrativas em defesa de cidades mais justas | 129 |
| 4 Fases virtuais da revisão do Plano Diretor de Natal e o adeus ao conteúdo | 139 |
| 4.1 A Conferência Final virtual de revisão do Plano Diretor de Natal | 142 |
| Conclusões | 144 |
| Referências | 146 |

O desmonte da política ambiental do Brasil: da boiada à desregulação dos
mangues e restingas

| | |
|---|-----|
| Elaine Taborda, Rosane de Almeida Tierno | 149 |
| I Introdução | 149 |
| II Cronologia do desmonte da política ambiental do país | 152 |
| III Resolução CONAMA nº 500/2020 | 169 |
| IV Considerações finais..... | 177 |
| Referências | 180 |

Um debate fragmentado: os 15 anos do Plano Diretor de Mariana
(Minas Gerais) – 2004/2019

| | |
|--|-----|
| Wagner Muniz | 187 |
| Introdução | 187 |
| Uma valsa com tropeços: a confecção do Plano Diretor | 191 |
| O anel da debutante: o Plano Diretor e os instrumentos para a gestão territorial.... | 197 |
| Fim de festa e o debate fragmentado: pontuações sobre o Plano Diretor..... | 205 |
| Conclusões | 212 |
| Referências | 213 |

PARECER

Nota Técnica nº 01/2020

Vanessa Chalegre de Andrade França, Allan Ramalho Ferreira,

Rafael Negreiros Dantas de Lima

| | | |
|-----|---|-----|
| 1 | Objeto da nota técnica | 218 |
| 2 | Do regime jurídico das Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS)..... | 219 |
| 2.1 | Do conselho gestor da ZEIS como um dos instrumentos de gestão democrática da cidade | 222 |
| 2.2 | Da regularização fundiária como conteúdo da função social da propriedade definido pela demarcação de imóvel como ZEIS | 225 |
| 2.3 | As Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) e o vínculo entre política habitacional e o planejamento urbano | 226 |
| 3 | Das implicações da realização do projeto habitacional contratado pela COHAB/SP por meio de parceria público-privada em áreas demarcadas como ZEIS 1..... | 228 |
| 3.1 | Da precedência da constituição de Conselho Gestor em relação à elaboração e aprovação do projeto urbanístico e de qualquer intervenção urbanística na área definida como ZEIS 1 | 228 |
| 3.2 | Do dever do município de promover moradia digna aos ocupantes de ZEIS 1: da necessária vinculação do atendimento habitacional pela parceria público-privada da COHAB/SP às famílias eventualmente removidas em decorrência da execução das obras..... | 233 |
| 4 | Da conclusão..... | 236 |

Instruções para os autores..... 239